

O Programa Parlamento Jovem em Câmaras Municipais como mecanismo na implementação da nova Base Nacional Comum Curricular

The Youth Parliament Program in City Chamber as a mechanism in the implementation of the new National Common Curricular Base

El Programa de Parlamento Juvenil en los Ayuntamientos como mecanismo en la implementación de la nueva Base Curricular Común Nacional

Eloise Medice Colontonio

Instituto Federal de Minas Gerais, Ouro Preto, Minas Gerais, Brasil
eloise.medice@gmail.com | <https://orcid.org/0000-0002-2083-5369>

Luciano Miguel Moreira dos Santos

Instituto Federal de Minas Gerais, Departamento de Metalurgia, Ouro Preto, Minas Gerais, Brasil
luciano.miguel@ifmg.edu.br | <http://orcid.org/0000-0001-8468-8962>

Resumo

O Programa Parlamento Jovem tem potencial para criar oportunidades de participação democrática e contribuir com os elementos curriculares previstos na nova Base Nacional Comum Curricular - BNCC. De modo comparativo analisou-se duas experiências pedagógicas sobre este Programa executado por duas Câmaras Municipais. O objetivo foi traçar paralelos entre estes programas de modo a ilustrar seus limites e possibilidades, do ponto de vista pedagógico e de efetividade em seu potencial formativo para cidadania, participação e compreensão sobre política. Foi destacada a relação com a vida escolar, compreensão de cidadania e trabalho e protagonismo juvenil a partir de entrevistas realizadas com as responsáveis pedagógicas atuais de cada Programa. O programa agrega-se à instituição escolar como um mecanismo de apoio e suporte para a construção das competências e habilidades sobre cidadania, política e participação social. A efetividade político-pedagógica destes programas pode ser maior com apoio da Câmara, parcerias institucionais e compreensão das necessidades dos estudantes.

Palavras-chave: Parlamento Jovem. Juventudes. Escolas do legislativo. BNCC.

Abstract

The Youth Parliament Program has the potential to create opportunities for democratic participation and contribute to the curriculum elements provided for in the Common National Curricular Base - BNCC. In a comparative way, two pedagogical experiences were analyzed on this Program carried out by two Municipalities. The objective was to draw parallels between these programs in order to illustrate their limits and possibilities, from the pedagogical point of view and of effectiveness in their formative potential for citizenship, participation and understanding of politics. The relationship with school life, understanding of citizenship and work and youth protagonism was highlighted from the interview with the current pedagogical leaders of each Program, providing the school institution with a support mechanism for the real construction of citizenship competences and skills politics and social participation. The political-pedagogical effectiveness of these programs can be greater with support from the City Chamber, institutional partnerships and understanding of the needs of students.

Keywords: Young Parliament. Youths. Legislative schools. BNCC.

Resumen

El Programa de Parlamento Juvenil tiene el potencial de crear espacios de participación democrática y contribuir a los elementos curriculares previstos en la nueva Base Curricular Común Nacional - BNCC. De manera comparada, se

Artigo recebido em: 25/05/2021 | Aprovado em: 25/03/2022 | Publicado em: 30/03/2022

Como citar:

COLONTONIO, Eloise Medice; SANTOS, Luciano Miguel Moreira dos. O Programa Parlamento Jovem em Câmaras Municipais como mecanismo na implementação da nova Base Nacional Comum Curricular. **Pesquisa e Debate em Educação**, Juiz de Fora: UFJF, v. 12, n. 1, p. 1-15, e34378, jan./jun. 2022. ISSN 2237-9444. DOI: <https://doi.org/10.34019/2237-9444.2022.v12.34378>.

analizaron dos experiencias pedagógicas sobre este Programa que llevan a cabo dos Municipios. El objetivo fue trazar paralelismos entre estos programas con el fin de ilustrar sus límites y posibilidades, desde el punto de vista pedagógico y de efectividad en su potencial formativo para la ciudadanía, participación y comprensión de la política. La relación con la vida escolar, la comprensión de la ciudadanía y el protagonismo laboral y juvenil se destacó a partir de la entrevista con los líderes pedagógicos actuales de cada Programa, brindando a la institución escolar un mecanismo de apoyo y apoyo para la construcción real de competencias y habilidades en ciudadanía, política y participación social. La efectividad político-pedagógica de estos programas puede ser mayor con el apoyo de la Cámara, las alianzas institucionales y la comprensión de las necesidades de los estudiantes.

Palabras clave: Parlamento Joven. Jóvenes. Escuelas legislativas. BNCC.

1 Introdução

As Câmaras Municipais de Vereadores de São José dos Pinhais e de Palmeira, ambos no estado do Paraná, possuem o Programa Parlamento Jovem (PPJ) desenvolvido em conjunto com escolas de seus respectivos municípios. Como objetivo geral procurou-se traçar paralelos entre programas similares executados por estas diferentes instituições, de modo a ilustrar os limites e as possibilidades destas ações, do ponto de vista institucional de educação no ambiente legislativo, do ponto de vista pedagógico e as correlações com a educação básica e de efetividade em seu potencial de promoção da cidadania, da participação, engajamento e compreensão sobre a política local. Traçar paralelos entre estes projetos exigiu selecionar algumas categorias que apresentem os dados de maneira mais próxima aos contextos de onde foram coletados: correlação com a vida escolar; compreensão de cidadania; trabalho e protagonismo juvenil.

A intenção específica foi despertar o debate sobre a efetividade pedagógica destes programas dentro da nova Base Nacional Comum Curricular (BNCC)¹, que entre outras questões, dispõe sobre a formação para a cidadania – já prevista desde a Constituição Federal de 1988 – sobretudo para os anos finais do ensino fundamental e para o ensino médio. O documento normativo da BNCC possui 600 páginas contendo um conjunto de aprendizagens essenciais, organizadas por áreas de conhecimento e progressivamente apresentadas por competências e habilidades.

Ao realizar o resgate teórico da literatura sobre avaliação de políticas públicas, Trevisan e Bellen (2008) destacam os principais padrões de referência deste campo:

Tendo em mente os critérios e indicadores a serem utilizados, resta fazer as comparações com o referencial, tal como aludido por Garcia (2001). Os padrões de referência para guiar a avaliação podem ser classificados em: *absolutos* (as metas estabelecidas são consideradas como o padrão a ser alcançado), *históricos* (comparação dos resultados ao longo do tempo), *normativos* (comparação do desempenho com programas similares ou semelhantes), *teóricos* (estabelecidos na própria elaboração do programa, sob a hipótese da obtenção dos resultados planejados), *negociados ou de compromisso* (baseiam-se em algum procedimento específico para sua fixação, normalmente decorrente de consensos entre as partes envolvidas na gestão e os formuladores) (COSTA;

CASTANHAR, 2003 apud TREVISAN; BELLEN, 2008, p. 543, grifos
nossos)

E, para este momento de pesquisa, foi necessário um alinhamento com os padrões de referência de avaliação que se baseiam nas negociações e compromissos dos agentes públicos envolvidos. Desta forma, a pesquisa buscou entrevistar as duas responsáveis pedagógicas de cada Casa Legislativa no ano de 2020 e 2021. Por conta da necessidade de se manter a segurança de todas devido à Pandemia causada pela Covid-19, optou-se por realizar a entrevista de forma online, com perguntas abertas e diálogo via contato telefônico². Buscou-se analisar o perfil das coordenações: formação e experiências prévias; os desenhos pedagógicos do Programa Parlamento Jovem; o apoio institucional que cada uma recebe; Estratégias pedagógicas utilizadas; Relação entre Escolas e Câmara Municipal de Vereadores; Interesses e motivações dos jovens em participar.

Esta pesquisa iniciou-se com duas problemáticas centrais para tentar compreender os motivos que levam a efetividade do PPJ em relação aos seguintes critérios:

- O programa desenvolve o interesse do jovem em permanecer e a se interessar em alguma medida por política?
- De que modo o programa relaciona-se com o conhecimento escolarizado previsto na BNCC?

Como hipótese entende-se que o município de Palmeira, cuja população é menor do que 35 mil habitantes³ há maiores chances de programas públicos como esse tornarem-se coesos aos interesses dos munícipes e das juventudes, pois suas redes, grupos e/ou comunidades podem possuir similitudes em vários aspectos da vida social e cultural. Portanto, de certo modo, o município de Palmeira/PR possui maiores possibilidades de engajamento dos jovens ao PPJ do que no município de São José dos Pinhais/PR, o qual se caracteriza por se tratar de uma região metropolitana de Curitiba/PR, com mais de 329 mil habitantes⁴, o que possivelmente torna-se um desafio abarcar os diferentes interesses das juventudes, bem como concorrer com inúmeros projetos, oportunidades e modos de vida. As diferenças regionais são incontáveis, e, em que pese a BNCC seja o documento principal de uma formação mínima assegurada em todo território nacional, valemo-nos deste documento para balizar os limites e possibilidades de programas públicos pautados na formação política e cidadã para a juventude. Portanto, no decorrer desta pesquisa há a intenção de construir esta hipótese no intuito de provocar a discussão sobre a efetividade de programas como este na trajetória escolar das juventudes, auxiliando as instituições escolares na implementação da BNCC.

2 Parlamento jovem e diretrizes da BNCC

Um dos grandes desafios para uma sociedade comprometida com o futuro é a compreensão e a criação de espaços privilegiados para o desenvolvimento pleno das juventudes. As juventudes são indivíduos em formação e ao mesmo tempo são compreendidos nesta pesquisa como grupos específicos e multifacetados, interseccionados por questões de classe, gênero e raça (TOMIZAKI; DANILIAUSKAS, 2018). Há também a busca por pertencimento, quase uma regra de socialização entre jovens e, cabe a nós, docentes, adultos e profissionais, promover

oportunidades para que criem e afirmem suas identidades em todas as dimensões da vida social (DAYRELL, 2003).

Esta pesquisa insere-se em um campo interdisciplinar do ponto de vista acadêmico em que Educação e Ciência Política podem abarcar algumas ponderações e hipóteses sobre como definir determinados caminhos para contemplar os desafios para as juventudes mencionados acima. Sposito et al. (2006) destaca a importância de realizar o recorte da pesquisa para o poder local:

A decisão de tomar como base empírica os executivos municipais decorreu da reconhecida importância da gestão municipal no processo de democratização da sociedade brasileira, a partir da década de 1980. O poder municipal tornou-se campo privilegiado de análise porque nele as relações entre sociedade civil e Estado, para a conformação de uma esfera pública democrática, aparecem de forma mais clara e oferecem focos importantes para a realização de pesquisas (SPÓSITO; SILVA; SOUZA, 2006, p. 238).

Em nível de gestão municipal geralmente encontramos projetos para as juventudes de educação não formal inscritos nas áreas da saúde, educação para o trânsito, cidadania, política, segurança, formação para o trabalho, entre outros relacionados ou não com a matrícula escolar (LARANJEIRA; TEIXEIRA, 2008). Na direção da juventude, vista como uma passagem e como o vir a ser adulto, são lançados projetos e programas de formação que carregam sobretudo a marca da transposição dos ideais de vida adulta e artificialização da juventude, e que projetam para o futuro a formação de sujeitos produtivos (DAYRELL, 2003). É mais recorrente encontrar projetos e programas públicos que atuam dentro ou fora da escola com foco na juventude em situação de vulnerabilidade, os quais se identificam muito mais pela direção de assistencialismo do que pela formação educacional e de democracia participativa (MIGUEL, 2017). Já no interior da escola, Dayrell (2007) afirma:

Muitas dessas propostas, na busca de estabelecer um diálogo com os jovens, tendem a desenvolver ações em torno das mais diferentes expressões culturais, na perspectiva de valorizar a cultura juvenil dentro da escola. Mas, na sua implementação, tais ações assumem direções e alcances variados. Em várias escolas, percebe-se uma tendência a reduzi-las a determinado tempo e espaço, no recreio ou em atividades extra-escolares, fazendo delas um meio de ocupar o tempo dos alunos, constituindo-se em um apêndice, sem nenhum impacto no conjunto do currículo. Ao mesmo tempo, há o risco de uma escolarização das expressões culturais juvenis, numa formalização e numa artificialização de tais práticas que pouco acrescentam à formação do jovem (DAYRELL, 2007, p. 1123).

Esta reflexão é importante para reforçar a questão amplamente colocada pela literatura especializada no tema: em que medida os projetos e programas públicos com foco nas juventudes têm como ponto de partida as próprias ações que os/as jovens produzem previamente e compartilham entre si? (CARRANO, 2003; DAYRELL 2003; TOMIZAKI; DANILIAUSKAS, 2018). Ao mesmo tempo em que se faz necessário pensar o sentido de cidadania como polissêmico, em especial quando se refere aos programas e projetos para as juventudes como os quais foram

analisados. Quando se lê “cidadania” é necessário desnaturalizar a ideia, para a melhor compreensão dos processos pelos quais os agentes desenvolvem de fato esta concepção em seus contextos:

Mesmo que cidadania e democracia possam ter sido conceitualizadas como mutuamente necessárias, nenhuma delas é natural e esta dupla relação político-pedagógica exige a produção de um tipo particular de subjetividade – o de um cidadão democrático. (FISCHMAN e HAAS, 2012, p. 441).

Sabemos que crianças não exercem sua cidadania em termos de responsabilidades e deveres, mas sim em termos de direitos. Mas, quando jovens, sobretudo a partir dos 16 anos em que legalmente é permitido o voto, o exercício da cidadania torna-se real e cada vez mais adentra a realidade destes sujeitos, realidades as quais se submetem a recortes de classe, raça e gênero, inevitavelmente, bem como as motivações pessoais individuais (FUCKS, 2012).

Considerando a formação integral ao longo de toda a educação básica, prevista em todo o arsenal disponível na BNCC, de forma breve, destacamos 4 eixos principais que integram a noção de "educação para democracia" que devem estar presentes na educação básica, os quais sistematizamos em: cidadania; participação; vida pública; protagonismo social. Programas ou projetos públicos que visam o letramento político (dentro ou fora da escola) e a inclusão de espaço para a juventude na política podem, portanto, ser baseados nesses 4 eixos que estão dispostos sobretudo nas 10 competências gerais da educação básica previstos na BNCC; nas áreas de linguagens e ciências humanas principalmente do ensino fundamental; nas áreas de linguagens e suas tecnologias e ciências humanas e sociais aplicadas, para o ensino médio.

2.1 Os programas de educação para a cidadania nas gestões legislativas municipais pelo olhar político-pedagógico

A ação pedagógica em ambientes não escolares pode existir na medida em que se constrói diariamente espaço dentro de cotidianos em que nem sempre é legítimo questionar, criar ou resignificar conhecimento. Há no deslocamento da pedagogia escolar um movimento que vem da escola para o mundo, uma transposição forçosa do sentido pedagógico que muitas vezes esvazia as formas de educação presentes em todas as relações humanas. É neste movimento em que a educação em ambientes não escolares e não formais com um pedagogo em exercício, revela-se um campo fértil para a ampliação do conceito de educação e a produção de conhecimento em educação permanente⁵.

A educação para a democracia passa, entre outras questões, pela compreensão da organicidade do Estado democrático brasileiro em três poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário). O Poder Legislativo tem o papel de analisar, criar, monitorar e fiscalizar o Estado e a sociedade e, historicamente estas funções foram submetidas ao peso criado e imposto pela burocracia⁶. É com as Assembleias Legislativas estaduais que se nota o desenvolvimento das Escolas do Legislativo, a partir da década de 1990, principalmente após o trabalho desenvolvido e publicado pelos profissionais do poder legislativo estadual de Minas Gerais. Estes espaços são geralmente chamados de Escola do Legislativo ou de Escola de Cidadania, com a intenção de traduzir a burocracia, a técnica, o campo do Direito e, em menor

medida, a política, em forma de conhecimento e informação à população (ASSIS, 1997).

O pedagogo em exercício no poder legislativo municipal trata-se de uma função pouco comum no país. As atribuições deste cargo provavelmente buscam referência no Pedagogo escolar, Pedagogo docente e/ou no Pedagogo gestor. Na Câmara Municipal de Palmeira (CMP), não há servidor efetivo via concurso público até o momento para o exercício direto com o trabalho do PPJ. No entanto, a coordenadora atual do programa em Palmeira exerce essa função desde 2015, é licenciada em História, Pedagogia e Filosofia, tem especializações na área de Educação e atualmente é mestranda em História, Cultura e Identidades.

A pedagoga da Câmara Municipal de São José dos Pinhais (CMSJP) exerce essa função desde 2018 quando assumiu via concurso público a vaga específica para Pedagogo. Com experiência de 9 anos de docência em sala de aula, é licenciada em Filosofia e Pedagogia e possui especializações na área de Educação.

De todo modo, o que pode colaborar para responder a pergunta desta pesquisa provavelmente está imbricado no interesse e na disposição das gestões legislativas municipais, na abertura para negociações, garantia de compromissos e engajamento. A organicidade legal dos programas, por exemplo, é indício de efetividade política e pedagógica. A materialização de projetos e programas em forma de Lei permite-nos compreender em primeira instância que estas ações são políticas públicas de certa forma estabelecidas, pois os termos legais e toda a tramitação da matéria pode ser uma manifestação de interesse da população e/ou dos gestores-políticos. Na CMSJP o programa não está disposto em forma de Lei, mas em formato de Resolução, documento referendado dentro da própria Casa de Leis, via mesa Diretora de vereadores.

As publicações legais no município de Palmeira em relação ao PPJ ocorrem com frequência por meio de Diário Oficial do município. O PPJ neste município é instituído pela Lei municipal n. 3561/2013⁷. Já na CMSJP as primeiras ações encontradas são do ano de 2002, segundo a Resolução interna da casa nº 18/2002⁸, em que encontramos um programa similar chamado de “Vereador Mirim” que atendia estudantes dos anos finais do ensino fundamental, além do ensino médio. Na CMP, de acordo com nossa entrevista, o PPJ existe desde 2014.

Em ambos os municípios, o PPJ é destinado às escolas públicas e privadas. Na CMSJP, para participar os jovens precisam estar cursando o 1º ou 2º ano do ensino médio e há uma parceria técnica com o TRE durante o processo eleitoral. De acordo com a Pedagoga responsável pelo Programa na CMSJP:

Assim que confirmam suas candidaturas, são apresentados a partidos fictícios e efetivam a filiação. Em seguida, iniciam suas campanhas nas escolas que geralmente têm duração de um mês. A eleição, assim como a filiação partidária e cadastro dos alunos eleitores, é realizada pelo TRE, com urna eletrônica nas escolas, seguindo a mesma estrutura de uma eleição oficial. O número de jovens eleitos corresponde ao número de cadeiras da casa, 21. Dado o resultado, realizamos os processos de diplomação (eleitos e suplentes) e posse dos jovens parlamentares. O mandato dos jovens tem duração de um ano e se caracteriza pela formação política. Durante este período os

estudantes vêm até a Câmara para participar de cursos sobre o funcionamento do legislativo e realizar sessões nas quais simulam o trabalho do vereador, mas trazendo questões relativas a escola e comunidade que pertencem. As pedagogas da Câmara ministram cursos nos colégios tanto para os jovens parlamentares, como demais estudantes, sobre temas relacionados a cidadania. Por fim, até o final do mandato os jovens precisam elaborar projetos de lei fundamentados nos conhecimentos adquiridos e práticas desenvolvidas. (Pedagoga da CMSJP).

As duas entrevistadas afirmam que é feito um trabalho prévio de divulgação nas escolas, por meio de reuniões com gestores e pedagogos escolares e com os estudantes. Em Palmeira é realizada a divulgação de um edital via diário oficial e distribuídos nas escolas, sendo amplamente divulgado via rádio, além de cartazes fixados nas escolas e em locais com grande fluxo de pessoas.

Na CMP, adolescentes e jovens do 7º ano do ensino fundamental ao 2º ano do ensino médio até 18 anos incompletos podem se candidatar a jovem parlamentar. A eleição na CMP é feita em dois turnos: primeiro na escola e depois na Câmara. Cada escola é responsável por organização a eleição, por incentivar a participação dos estudantes e por entregar os resultados à Câmara. Até este momento, ambos os Programas analisados são similares, pois tratam das eleições diretamente realizadas no interior das escolas, em que há em alguma medida um trabalho de conscientização e de formação política feito com os estudantes.

O segundo turno ocorre somente em Palmeira, onde existe uma avaliação própria da Câmara sobre os estudantes já eleitos pelos pares nas escolas: “Em dia e hora marcada na Câmara Municipal, os candidatos eleitos em cada instituição de ensino participante se apresentam. Todos serão avaliados por uma banca formada pelos vereadores e servidores efetivos da Casa” (Coordenadora do PPJ em Palmeira). Os estudantes são avaliados seguindo os critérios de boa comunicação e propostas de trabalho apresentadas. Em seguida, é realizado um sorteio em que cada vereador se torna “padrinho” de um dos jovens parlamentares eleitos. Em maiores detalhes, a pedagoga da CMP relata:

O 2º turno das eleições acontece para definir entre as 16 instituições de ensino quais estudantes serão os vereadores jovens e os respectivos suplentes. As nove melhores médias ocupam as cadeiras do plenário e o restante a suplência. Esta triagem equipara os selecionados com a quantidade de vereadores da Casa, que irão orientar os vereadores jovens no ano de legislatura. Como também, definirão pela viabilidade de oferecerem a proposição elaborada pelo estudante para apreciação do plenário no parlamento convencional. Depois de empossados, através de sorteio, os parlamentares jovens ficam sabendo quem serão os vereadores padrinhos (orientadores). (Coordenadora pedagógica do PPJ na CMP).

Em ambos os programas não há incentivo financeiro para os estudantes participantes. Todos se dispõem a participar do ano legislativo de forma voluntária. Entretanto, há o custeio com o transporte e a alimentação em dias em que os jovens devem participar dos encontros na Câmara.

Os jovens parlamentares das duas Câmaras exercem um trabalho similar ao dos vereadores do município, com mandato de um ano. Após eleitos, os jovens realizam atividades internas na Câmara Municipal, como cursos, oficinas e sessões, com debates e aprovações fictícias de matérias legislativas produzidas pelos próprios estudantes. O rito é similar ao dos vereadores, mas em forma de “role playing” (FUCKS, 2014). De acordo com a coordenadora do programa na CMP, algumas matérias legislativas produzidas pelos estudantes são levadas à tramitação e às sessões oficiais, por conta da relação com a figura do “vereador padrinho” que existe somente nesta Câmara. As matérias propostas pelos jovens parlamentares são reconhecidas por sua autoria e tramitam internamente de maneira oficial (por meio da anuência do vereador padrinho). Na CMSJP não existe o “vereador padrinho”, mas algumas matérias propostas pelos jovens (sobretudo as “indicações”) em partes tramitam de maneira oficial. A pedagoga desta Câmara enfatizou que os conteúdos mais discutidos pelos jovens são “Segurança e Transporte”, questões latentes próprias de uma cidade em crescimento como é o caso de São José dos Pinhais. Em Palmeira, as matérias de maior interesse dos jovens, citadas são “esporte, cultura e meio ambiente”.

2.2 O jovem parlamentar e as relações com a escola e o trabalho na implementação da BNCC

Os contextos escolares para cada município são distintos e somente poderiam ser comparados em ampla pesquisa de campo. As informações analisadas nas entrevistas realizadas até o momento fornecem-nos a percepção da gestão do programa de educação não-formal, e, no limite deste recorte, foi possível entender que quanto maior a aproximação entre escola e Câmara, melhores são as chances de resultados positivos em relação ao interesse, engajamento e melhor rendimento escolar por parte dos jovens. Sobre as relações com a escola dos/as jovens parlamentares em São José dos Pinhais, a pedagoga entrevistada destaca que:

Através do Programa, os jovens criam uma aproximação maior com a escola, pois precisam compreender e apontar suas demandas. Acredito que isso influencia positivamente por contribuir com a construção do pertencimento do estudante a instituição de ensino e o que ela representa em suas vidas. (Pedagoga do PPJ em São José dos Pinhais).

A fala da pedagoga vai ao encontro de uma prática também destacada como necessária na BNCC, sobretudo na área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas para o Ensino Médio, em suas competências específicas: “Participar do debate público de forma crítica, respeitando diferentes posições e fazendo escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade” e conforme descritas na Resolução Nº 4 do Conselho Nacional de Educação:

Analisar processos políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais nos âmbitos local, regional, nacional e mundial em diferentes tempos, a partir da pluralidade de procedimentos epistemológicos, científicos e tecnológicos, de modo a compreender e posicionar-se criticamente em relação a (BRASIL, 2018, p. 8).

A relevância do Programa para a trajetória escolar também é destacada pela coordenadora de Palmeira, quando salienta que:

Acredito que a experiência que o jovem participante do programa Parlamento Jovem possui é diferente de qualquer outro aluno, pois além de possuir conhecimento legislativo, esse aluno aprende técnicas de oratória, modos de comportamento e tratamento com seus pares, aprende solicitar seu tempo de fala, e isso impacta diretamente no dia a dia escolar na apresentação de trabalhos, respeito seus colegas e professores. (Coordenadora do PPJ em Palmeira).

De acordo com Tomizaki e Daniliauskas (2018), para as juventudes, pertencer é fundamental para a formação das identidades e, quando a escola ou qualquer instituição formadora promove espaços de reconhecimento e pertencimento, de maneira democrática em que os jovens de fato sejam protagonistas, as respostas geralmente são positivas.

(...) Isso porque se acredita que um dos motivos possíveis da frágil participação social e política da juventude pode ser creditado à falta de espaços e de situações para o exercício e a aprendizagem da vida coletiva e da participação social, experimentação essa que poderia demonstrar aos jovens os resultados concretos das ações coletivas. (TOMIZAKI e DANILIAUSKAS, 2018, p. 219)

O PPJ, nesse sentido, tem grande potencial para criar oportunidades concretas de participação coletiva, democrática e que em certa medida pode contribuir com os elementos curriculares e pedagógicos escolares de acordo com as atuais competências destacadas na BNCC. O amadurecimento humano visando o bem coletivo requer uma educação que vai além da instrução que visa apenas a formação para o mercado de trabalho. Ser capaz de fazer escolhas de modo a considerá-las em relação à vida em sociedade pode ser um dos principais objetivos de todo projeto pedagógico para as juventudes. Conforme se destaca da BNCC:

A construção da cidadania é um exercício contínuo, dinâmico e que demanda a participação de todos para assegurar seus direitos e fazer cumprir deveres pactuados por princípios constitucionais e de respeito aos direitos humanos. Assim, para que os estudantes compreendam a importância de sua participação e sejam estimulados a atuar como cidadãos responsáveis e críticos, essa competência específica propõe que percebam o papel da política na vida pública, discutam a natureza e as funções do Estado e o papel de diferentes sujeitos e organismos no funcionamento social, e analisem experiências políticas à luz de conceitos políticos básicos. (BRASIL, p. 578, 2017).

De acordo com a experiência das pedagogas entrevistadas, perguntamos em que medida o PPJ influencia e/ou pode influenciar na formação para o trabalho dos/as jovens parlamentares. Nas palavras da pedagoga da CMSJP:

O protagonismo proporcionado pelo Programa contribui com o autoconhecimento e amadurecimento do jovem. As práticas e formações podem ser ferramentas importantes para ampliar olhares e experiências com o outro. Mas acredito que o

programa deveria proporcionar estágio remunerado para contribuir efetivamente com a formação para o trabalho dos jovens (Entrevista com a Pedagoga da CMSJP).

Pautar o PPJ por meio das demandas e interesses concretos dos próprios jovens é um estímulo ao protagonismo juvenil, um conceito citado pela pedagoga da CMSJP. O protagonismo juvenil é pauta da BNCC para o ensino médio, ao mesmo tempo em que reconhece os jovens a partir de sua própria fala (autorrepresentação), a partir de seus desejos, das múltiplas identidades e diferenças.

Considerando uma das hipóteses desta pesquisa – de que o PPJ concorre com diversos projetos e oportunidades em municípios com porte médio como é o caso de São José dos Pinhais – o fato de a pedagoga salientar a necessidade de estágio remunerado aos jovens parlamentares está indicando que ter um contrato de estágio formal torna mais legítima a experiência. Os jovens participantes deste programa, por um lado, buscam a experiência com o PPJ para agregar ao seu currículo, e por outro, estão “sempre atentos às possíveis oportunidades de estágio remunerado e estamos sujeitos ao abandono do PPJ por parte do jovem, pois eles certamente priorizam as oportunidades de emprego e não conseguem conciliar as atividades escolares, o PJ e o trabalho”, reforça a pedagoga entrevistada.

Por outro lado, no PPJ em Palmeira, a vida profissional dos jovens egressos é destacada pela pedagoga, que relata que estes “escolheram sua carreira profissional com base em sua experiência no PJ, alguns deles se tornaram estagiários da Câmara Municipal após sua passagem pelo Programa”.

As experiências analisadas, do ponto de vista da educação formal escolarizada e das oportunidades trabalho, levam-nos a compreender o PPJ destes dois municípios como um avanço nas políticas públicas para as juventudes, que podem colaborar para o processo atual da organização curricular com base na BNCC e dos itinerários formativos para o ensino médio, podendo ser ampliadas e adaptadas para outras experiências em políticas educacionais locais.

3 Considerações finais

Programas pedagógicos similares ao PPJ, inseridos em contextos não escolares, existem em nível federal, estadual ou municipal e são apresentados em diferentes desenhos pedagógicos. Os programas analisados nesta pesquisa, dentro de seus limites, contribuem para o letramento político bem como para a promoção da cidadania e para a ressignificação do poder legislativo ao construir pontes com a instituição escolar e com a comunidade.

Há a necessidade de se buscar a relação com a estrutura de projetos pedagógicos da escola, tendo em vista que para participar destes programas os jovens devem ter a matrícula escolar concomitante. Vimos que a formação para a cidadania e para o trabalho é uma motivação e intenção das responsáveis pedagógicas pela execução dos dois programas nas Câmaras.

Todo o processo de criação do PPJ, desde a eleição na escola até a performance parlamentar dentro dos debates nas sessões que os jovens realizam, propicia a ação pedagógica democrática prevista pela BNCC. O PPJ, portanto, constrói as possibilidades de se efetivar o que está previsto neste documento, em

especial em relação a competência específica número 6, que diz respeito a participação, exercício da cidadania, consciência crítica e responsabilidade:

A construção da cidadania é um exercício contínuo, dinâmico e que demanda a participação de todos para assegurar seus direitos e fazer cumprir deveres pactuados por princípios constitucionais e de respeito aos direitos humanos. Assim, para que os estudantes compreendam a importância de sua participação e sejam estimulados a atuar como cidadãos responsáveis e críticos, essa competência específica propõe que percebam o papel da política na vida pública, discutam a natureza e as funções do Estado e o papel de diferentes sujeitos e organismos no funcionamento social, e analisem experiências políticas à luz de conceitos políticos básicos. (BRASIL, 518, p. 578)

A partir do olhar sobre o PPJ foi possível notar que a formação das juventudes para a cidadania e para o trabalho não se encerra na escola, embora ainda seja necessária a continuidade desta pesquisa no sentido de análise das trajetórias escolares dos jovens parlamentares.

A política de modo geral, sobretudo em nível local, não agrega muito otimismo da sociedade. Segundo a pesquisadora Maria Teresa Kerbauy (2005) há uma expectativa gerada durante a proximidade do candidato à comunidade dentro do período eleitoral e a subsequente frustração pelo distanciamento durante o mandato. Desconstruir o círculo vicioso gerado pela distorção do papel dos parlamentares ou chefes do poder executivo, por exemplo, é um desafio para o campo da educação e do letramento político, sobretudo para as responsáveis pelo PPJ que concederam entrevistas a esta pesquisa.

O interesse ou até mesmo a repulsa pelos jovens em participar da política (ou falar sobre ela) está subscrito por este contexto de desconfiança, clientelismo, assistencialismo, e principalmente por não se reconhecerem ou não se sentirem representados pelos políticos e por suas ações. Por outro lado, há também a descrença no protagonismo juvenil, sobretudo os das escolas públicas, muitas vezes por parte das equipes de trabalho envolvidas (os adultos) somada a este cenário desafortunado da política. Para Paulo Carrano:

Uma mistificação facilmente encontrada, principalmente nas mídias, é a de que os jovens “de hoje” seriam menos participantes do que os jovens do passado. Há carência de estudos comparativos que possam confirmar a hipótese acima. É preciso dizer, contudo, que jovens de diferentes estratos sociais dão expressivas evidências de rejeição ao ofício da “política profissional” e seus agentes: os políticos. Esta é, sem dúvida, sinalização preocupante, pois, a baixa confiabilidade na política fragiliza a institucionalidade democrática que se organiza na base da representação partidária. (CARRANO, 2012, p. 95)

Portanto, revelam-se as contradições existentes na negociação dos diferentes espaços para a formação das juventudes. Sabemos que as barreiras diversas que os jovens atravessam ao longo do percurso escolar são conhecidas pela escola, porém não estão restritas a ela. O poder Legislativo terá um ganho

positivo em sua representatividade e imaginário da população ao participar do processo educacional de construção de uma sociedade mais democrática. Ao mesmo tempo, a instituição escolar poderá contar com mais um mecanismo de apoio e suporte para a real construção das competências e habilidades sobre cidadania, política e participação social previstas na BNCC.

Referências

- ALBANO, Karina Vanessa; SANTOS Jr., Edson. Gil.; SOUSA, Flaviana Z Politização e participação política de jovens no poder legislativo: o parlamento jovem de Palmeira. **Revista do Legislativo Paranaense**. Curitiba, n. 1, p. 26-40 2017. Disponível em <http://revista.alep.pr.gov.br/index.php/escolalegislativo/article/view/45/33>. Acesso em: 22 jan. 2021.
- ASSIS, Luis Fernandes. Educando para a cidadania: A experiência da escola do Legislativo. **Revista Educação & Sociedade**, Campinas, ano 28, n. 59, p. 367-385, ago. 1997. Disponível em <https://www.scielo.br/pdf/es/v18n59/18n59a07.pdf>. Acesso em: 03 maio 2021.
- BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução Nº 4 de 17 de dezembro de 2018**. Institui a Base Nacional Comum Curricular na Etapa do Ensino Médio. Brasília-DF: Ministério da Educação. [2018]. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/55640296. Acesso em: 03 maio 2021.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília-DF: Ministério da Educação. [2017]. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_verseofinal_site.pdf. Acesso em: 03 maio 2021.
- CÂMARA MUNICIPAL DE PALMEIRA. **Informações sobre o PJ**. Disponível em: <https://www.palmeira.pr.leg.br/parlamento-jovem/parlamento-jovem>. Acesso em: 15 fev. 2021.
- CARRANO, Paulo C. R. **Juventudes e cidades educadoras**. Petrópolis: Vozes, 2003.
- CARRANO, Paulo C. R. A participação social e política de jovens no Brasil: considerações sobre estudos recentes. **O Social em Questão**, ano 15, n. 27, p. 83-99, 1º sem. 2012.
- DAYRELL, Juarez. O jovem como sujeito social. **Revista Brasileira de Educação**. n. 24, p. 40-52, set. out./dez, 2003.
- CARRANO, Paulo C. R. A escola “faz” as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 100 - Especial, p. 1105-1128, out. 2007.
- FISCHMAN, Gustavo E.; HAAS, Eric. Cidadania. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 37, n. 2, p. 439-466, ago. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/edreal/v37n2/07.pdf>. Acesso em: 01 mar. 2021.
- FUKS, Mário. Atitudes, cognição e participação política: padrões de influência dos ambientes de socialização sobre o perfil político dos jovens. **Opinião Pública**, Campinas, v.18, n.1, p.88-108, Jun. 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762012000100005&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 01 abr. 2021.
- GADOTTI, Moacir. **Educação popular e educação ao longo da vida**. São Paulo, 2016. Disponível em: https://www.paulofreire.org/images/pdfs/Educacao_Popular_e_ELV_Gadotti.pdf. Acesso em: 31 mar. 2021.

KERBAUY, Maria. T. M. As Câmaras Municipais brasileiras: perfil de carreira e percepção sobre o processo decisório local. **Revista Opinião Pública**, Campinas, Vol. 11, n. 2, Out. 2005, p. 337-365.

LARANJEIRA, Denise H. P.; TEIXEIRA, Ana Maria F. Vida de jovens: educação não-formal e inserção socioprofissional no subúrbio. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v.13, n.37, p.22-34, abr. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbedu/v13n37/03.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2020.

MIGUEL, Luís F. Resgatar a participação: democracia participativa e representação política no debate contemporâneo. **Lua Nova**, São Paulo, n. 100, p. 83-118, jan. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ln/n100/1807-0175-ln-100-00083.pdf>. Acesso em 20 jan. 2021.

SPOSITO, Marília P.; CARVALHO E SILVA, Hamilton H.; SOUZA, Nilson. A. Juventude e poder local: um balanço de iniciativas públicas voltadas para jovens em municípios de regiões metropolitanas. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 32, p. 238-257, ago. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbedu/v11n32/a04v11n32.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2020.

TOMIZAKI, Kimi; DANILIAUSKAS, Marcelo. A pesquisa sobre educação, juventude e política: reflexões e perspectivas. **Pro-Posições**, Campinas, v. 29, n.1, p.214-238, abr. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pp/a/N8zhppMrg6Y9WY5gqLgKBLt/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 31 mar. 2021.

TREVISAN, Andrei P.; VAN BELLEN, Hans M. Avaliação de políticas públicas: uma revisão teórica de um campo em construção. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 42, n. 3, p. 529-550, jun. 2008. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rap/v42n3/a05v42n3.pdf>. Acesso em: 21 mar. 2021.

Notas

¹ A BNCC é uma Lei Federal (nº 13415/2017) que altera de maneira significativa a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN 9394/1996). Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13415.htm. Acesso em: 03 maio 2021.

² As entrevistas remotas com as duas pedagogas foram realizadas entre dezembro de 2020 e fevereiro de 2021.

³ De acordo com dados do IBGE, a população estimada de Palmeira/PR no ano de 2020 é de 33.994 habitantes. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pr/palmeira.html>. Acesso em: 03 maio 2021.

⁴ De acordo com o IBGE, a população estimada para este município no ano de 2020 é de 329.058 habitantes. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/sao-jose-dos-pinhais/panorama>. Acesso em: 03 maio 2021.

⁵ “A matriz fundadora da Educação ao Longo da Vida é a Educação Permanente. Há total coerência entre essas duas expressões”. (GADOTTI, 2016, p. 02).



⁶ Este não será o momento para aprofundar as funções teóricas e práticas do poder legislativo municipal, embora o assunto seja de extrema relevância para compreensão do cenário atual da democracia brasileira.

⁷ Disponível em: <https://www.palmeira.pr.leg.br/parlamento-jovem/parlamento-jovem>. Acesso em: 03 maio 2021.

⁸ Resolução revogada. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a2/pr/s/sao-jose-dos-pinhais/resolucao/2002/2/18/resolucao-n-18-2002-institui-o-programa-vereador-mirim?q=vereador+mirim>. Acesso em: 03 maio 2021.

Informações complementares

Financiamento

Não se aplica.

Contribuição de autoria

Concepção e elaboração do manuscrito: Eloise Medice Colontonio; Luciano Miguel Moreira dos Santos

Coleta de dados: Eloise Medice Colontonio; Luciano Miguel Moreira dos Santos.

Análise de dados: Eloise Medice Colontonio; Luciano Miguel Moreira dos Santos.

Discussão dos resultados: Eloise Medice Colontonio; Luciano Miguel Moreira dos Santos.

Revisão e aprovação: Eloise Medice Colontonio; Luciano Miguel Moreira dos Santos

Preprint, originalidade e ineditismo

O artigo é original, inédito e não foi depositado como *preprint*.

Consentimento de uso de imagem

Não se aplica.

Aprovação de Comitê de Ética em Pesquisa

Não se aplica.

Conflito de interesse

Não há conflitos de interesse.

Conjunto de dados de pesquisa

Não há dados disponibilizados.

Licença de uso

Os autores cedem à Revista Pesquisa e Debate em Educação os direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a [Licença Creative Commons Attribution \(CC BY\) 4.0 International](#). Esta licença permite que terceiros remixem, adaptem e criem a partir do trabalho publicado, atribuindo o devido crédito de autoria e publicação inicial neste periódico. Os autores têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicada neste periódico (ex.: publicar em repositório institucional, em site pessoal, publicar uma tradução, ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial neste periódico.

Publisher

Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Faculdade de Educação (FACED), Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação (CAEd), Programa de Pós-Graduação Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública (PPGP). Publicação no Portal de Periódicos da UFJF. As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

Editores

Frederico Braidá; Liamara Scortegagna; Wagner Silveira Rezende.

Formato de avaliação por pares

Revisão duplamente cega (*Double blind peer review*).

Sobre os autores

Eloise Medice Colontonio

Graduada em Pedagogia pela UFPR. Especialista em Docência e Educação Básica pelo IFMG. Mestra em Educação pela UFPR.

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5863159191357052>

Luciano Miguel Moreira dos Santos

Graduado em Engenharia Metalúrgica (UFMG). Especialista em Docência para a Educação Profissional e Tecnológica (IFMG). Mestre em Engenharia Metalúrgica e de Minas (UFMG). Doutor em Engenharia Metalúrgica e de Minas (UFMG). Professor Titular do Departamento de Metalurgia, do Instituto Federal de Minas Gerais-Campus Ouro Preto.

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7363728885483248>